

Réplica de José Vieira Leitão à resposta de Manuel Curado acerca da recensão ao texto “Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa: Primeiro Tratado de Cabala – Tratado da Ciência Cabala ou Notícia da Arte Cabalística”, publicada no Vol. XXXII, n.º 1 (2019) do Boletim do AUC

por JOSÉ VIEIRA LEITÃO

Doutorando na Universidade de Coimbra

jose.cv.leitao@gmail.com

Em resposta a uma recensão por mim escrita acerca do texto “Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa: Primeiro Tratado de Cabala – Tratado da Ciência Cabala ou Notícia da Arte Cabalística”, publicada no Vol. XXXI, n.º2 (2018) do Boletim do AUC, e exercendo o seu irredutível direito de resposta, Manuel Curado escreveu e publicou uma detalhada defesa e contra-argumentação a esta recensão no passado número desta mesma publicação. Como creio ser também o meu direito, em baixo abordarei os pontos de contestação que Curado apresenta na sua resposta, aos quais responderei de volta na medida em que creio ser justo. Nesta contrarresposta não irei abordar as várias avaliações de caráter que Curado tece a meu respeito, nem aquelas declarações que poderão ser interpretadas como condescendência, menosprezo, sarcasmo, apelo ao ridículo ou mera troca. Focarei exclusivamente os seus argumentos pela mesma ordem em que este os apresenta.

1. Seleção artificial de uma parte do livro.

Neste ponto Curado afirma que uma recensão a apenas uma parte de um livro não é uma recensão de todo. Este ponto é compreensível, e de modo algum serei particularmente inflexível na defesa do contrário. A única coisa que posso dizer é que discordo e não vejo motivo algum para uma recensão focar num único aspeto de uma obra que em si própria é um livro explicitamente composto, e cuja maior parte é a reedição de uma obra do século XVII, a qual não é da minha competência ou interesse criticar.

No entanto, tenho que notar que este ponto de resposta de Curado não toca em qualquer argumento, apenas aparenta querer desvalorizar a recensão por mim escrita com base no que este entende por “mau método”.

2. Observações deselegantes.

Este é um falso ponto. Ainda que possa admitir a parcial ambiguidade da expressão que Curado cita da minha recensão, em ponto algum faço uma avaliação de qualquer outro volume da coleção em causa, nem é minha intenção fazê-lo. O que explicitamente escrevi é que este é “um exemplo”, colmatando com: “Apenas podemos esperar que este seja um caso pontual” (LEITÃO, 2018: 146). Como Curado bem advinha, eu não li todos os volumes da coleção do Círculo de Leitores onde obra em questão foi publicada, mas isso não invalida o facto de, na minha perspetiva, a seleção da coordenação deste particular volume ser desapropriada, e essa mesma seleção ser da responsabilidade da direção desta coleção. Não creio que a não leitura de uma coleção inteira me desqualifique de pronunciar sobre um volume particular dessa mesma coleção, nem entendo como tal possa ser justamente argumentado.

Por fim, não consigo deixar de me interrogar sobre o propósito com que Curado se refere a mim pessoalmente como “*um estudante*” (CURADO, 2019: 151, itálico de Curado), tanto neste como em muitos outros pontos da sua resposta. Tal aparenta ser uma tentativa de apelo à autoridade (ou falta dela), no sentido em que um estudante (como ele refere, “a aprender uma só área”) deveria saber o seu lugar e não questionar um “professor”, como Curado se define (CURADO, 2019: 154). Pessoalmente não acredito que graduações e habilitações deem peso a argumentos, nem tão-pouco sou intimidado por tais coisas.

3. Falsa atribuição de autoria.

Curado aqui tem razão, e admito em absoluto o meu erro na atribuição de mérito e autoria das várias traduções de Latim e notas de rodapé inseridas no livro em questão. Se neste momento me é legítimo oferecer o mérito onde ele é devido, assim o faço. De igual modo, se este erro da minha parte causou qualquer forma de dano, dor ou prejuízo a qualquer um dos intervenientes nesta obra, quer a Manuel Curado, Aida Sampaio Lemos ou

ao Prof. José Carlos Lopes de Miranda, não tenho que fazer mais se não pedir perdão e assumir em absoluto a minha responsabilidade e desatenção.

4. Sugestões mirabolantes.

Perante a minha sugestão de que uma nota de rodapé explicativa e uma atualização ortográfica dos termos cabalistas utilizados por D. Francisco beneficiaria a obra em questão, Curado aponta o meu suposto desconhecimento e incompreensão absoluta de assuntos cabalísticos. Como argumento central ele menciona a “importância desproporcionada” (CURADO, 2019: 153) de cada letra em cabala.

O que creio que estará aqui a ser mal interpretado é que tal afirmação de Curado, acerca da “importância desproporcionada” de cada letra em cabala, é de facto verdade quando falamos de palavras e caracteres Hebraicos; mas acontece que o *Tratado* não é uma obra Hebraica. As palavras utilizadas nesta obra são transliterações de Hebraico retiradas de fontes não Hebraicas (como Johann Reuchlin ou Pico della Mirandola), e cuja transliteração e ortografia em caracteres Latinos é inteiramente arbitraria, visto não existir real correspondência entre os alfabetos Latino e Hebraico.

Para mais, o Hebraico não é uma língua morta, e como tal existem traduções e transliterações oficiais e amplamente estabelecidas para os vários termos da cabala que são internacionalmente aceites e utilizadas em literatura especializada. A atualização ortográfica que sugeria era simplesmente esta.

Curado aqui aparente querer ver um mistério onde ele não existe; a ortografia de D. Francisco para termos cabalistas é inteiramente circunstancial, e está completamente removida dos significados complexos e múltiplos que Curado refere. Estes assuntos não são misteriosos, são académicos e históricos e a projecção de mistério sobre eles não favorece nada nem ninguém, especialmente não o próprio *Tratado*.

No entanto, admito que, a esta altura, retiro parcialmente esta minha crítica. Tendo-me debruçado sobre o *Tratado* desde a altura em que escrevi a recensão em causa, admito a este ponto concordar com a manutenção da ortografia original de D. Francisco. Existe uma originalidade inerente ao *Tratado* (veja-se o ponto 10 desta contrarresposta) e os termos que D. Francisco usa são os termos específicos que este, por qualquer razão que seja, escolheu para definir a sua própria conceptualização de cabala, e estes possuem inegável valor histórico. Não sei se isto constituiu uma conceção da minha parte, visto concordar com Curado devido a razões absolutamente opostas às suas.

5. A questão Hanegraaff.

Neste ponto poderei perfeitamente aceitar que, como Curado acusa, não saberei semântica – tal admissão não me envergonha – mas sei que existe uma diferença real entre escrever “outros, como Hanegraaff, o descrevem” e “outros, como Hanegraaff (referindo autores como Colin Wilson), o descrevem”, ou “outros, como Colin Wilson, e referidos por Hanegraaff, o descrevem” ou ainda “outros, como Colin Wilson, o descrevem”. Para não falar que Hanegraaff descreve Ocultismo de várias outras formas neste mesmo verbete que Curado cita, e, com notória relevância, como algo específico do século XIX, tal como apontei na minha recensão, e estas descrições nunca são mencionadas no ensaio em questão.

Este ponto de resposta de Curado não me parece de todo honesto. A frase que apresenta no seu texto, e sobre a qual este ponto foca, não é de todo clara e, semanticamente correta ou não, o que desta resulta é a atribuição de uma opinião ao autor errado. E sim, digo que Curado devia ter lido o verbebo que cita, pois me parece que o não leu na sua totalidade, ou, se o leu, não lhe deu a atenção devida. Se o tivesse feito acredito que repararia que este contém ampla argumentação que vai contra muitos dos pontos que apresenta no seu ensaio e que estão na base da larga maioria das críticas que teço na recensão em questão.

Outro ponto que aqui admitirei é que ao mencionar os “decalques diretos” que Curado faz de Hanegraaff, não pretendia que isto fosse tido como uma crítica em si, embora compreenda que tal expressão possa ser entendida como tal. O meu propósito com esta expressão era o de sublinhar o que aparenta ser uma seletividade de leituras neste verbebo do *Dictionary of Gnosis & Western Esotericism*, em que Curado, como já mencionado, seguindo algumas das suas secções, aparenta ignorar outras que contrariam diretamente os seus argumentos. Não era o meu propósito sugerir alguma espécie de cópia ou plagio pela parte de Curado. Se isso é o que se intende, então de imediato cedo este ponto.

No que toca à aparente proximidade de Curado com Hanegraaff, em que Curado menciona que o convidou para o “conselho consultivo internacional de um outro projeto editorial” (CURADO, 2019: 155), não vejo o valor argumentativo desta afirmação.

6. A questão do alegado anacronismo.

Sim, Curado historicizou o aparecimento do termo “ocultismo” em vários dicionários e, como mencionei na minha recensão, não encontrou referência

alguma anterior ao século XIX (LEITÃO, 2018: 141). Isto por si próprio deveria ser uma indicação de que estava a tratar de uma palavra associada a um momento histórico específico. Não sei como fazer este ponto mais claro.

Sim, Cunhal no seu *As Lutas de Classes em Portugal nos Fins da Idade Média* comete um anacronismo claro. Não digo que Cunhal não pudesse escrever o livro em questão, mas é inegável que este livro carrega falhas metodológicas evidentiíssimas. Neste mesmo campo, o comentário de Curado em relação ao estudo da Psiquiatria na Grécia antiga é facilmente resolvível. Se tal livro for para ser escrito, e se o seu autor deseja evitar o anacronismo de projetar uma categoria contemporânea na antiguidade clássica, o que este deverá fazer é, no próprio livro, oferecer alguma forma de definição de Psicologia que possa ser aplicada ao estudo histórico que deseja realizar, e definir também que tipo de elementos irá procurar nos seus documentos e como estes se poderão interpretar e encaixar na definição oferecida. Tudo isto é método comum em estudos históricos.

No que toca ao argumento de Curado, de que a sua utilização da palavra “ocultismo” está de acordo com os “grandes autores internacionais” (CURADO, 2019: 156), a sua referência a Frances Yates é problemática. Embora não negue que esta autora e investigadora foi, e é, essencial para o desenvolvimento das áreas de estudo académico de esoterismo e hermetismo, não posso deixar de apontar que Yates é uma fonte já largamente abandonada, e o seu trabalho é amplamente reconhecido como carregando profundos problemas metodológicos que o tornam inviável. A este respeito veja-se Hanegraaff, *Esotericism and the Academy*, páginas 322-334 (peço desculpa se cito Hanegraaff em excesso, mas este é um autor com que Curado está declaradamente familiarizado).

Sim, Copenhaver usa o termo ocultismo no livro indicado por Curado para se referir a coisas anteriores ao século XIX. A citação exata é a seguinte:

“(...) ‘occultism’, taken here to include magic, astrology, alchemy, demonology, divination, kabbalah, witchcraft, spiritualism, and kindred beliefs.” (COPENHAVER, 1998: 455)

Embora breve, se Curado analisar esta frase, reparará que o que ela contém é um caso semelhante ao explicado por mim para a sua proposta da escrita de um livro sobre Psicologia na Grécia antiga. Copenhaver não recorre ou assume nenhuma definição de ocultismo pré-estabelecida, ele define esta nos seus próprios termos, esboçando, em breves palavras, o que no livro em questão será entendido como ocultismo e o que se irá incluir

dentro desta categoria (e sim, é assim tão simples evitar uma crítica de anacronismo histórico). Esta preocupação de Copenhaver é inclusive perceptível em coisas tão simples como na mera inclusão da palavra *occultism* entre aspas, pois este reconhece que esta palavra, à partida, não é apropriada para o uso que lhe irá dar nesta obra, subjetivando-a desta maneira e oferecendo-lhe de seguida uma definição prática para os seus propósitos. De igual forma, a nota n.4 do mesmo livro, que Curado também cita (CURADO, 2019: 156), sublinha novamente esta questão. O uso de ocultismo por Copenhaver é artificial e não histórico, e isto é abertamente assumido pelo mesmo. Contrariamente, Curado no seu ensaio nunca faz tal esforço, seguindo com o uso da palavra ocultismo, como afirmo na minha recensão, “sem realmente meditar sobre a sua adequação” (LEITÃO, 2018: 141).

Sim, Hanegraaff faz a citação que Curado oferece, em que ocultismo e outros termos “have often been seen as mutually interchangeable, even to the point of being used as near or complete synonyms in mainstream scholarly research” (HANEGRAAFF, 2012: 156). Mas o que Curado convenientemente se esquece de referir (mais uma vez) é que Hanegraaff não oferece esta ideia com o propósito de justificar o uso intercambiável destes termos, mas sim de o denunciar como desapropriado. Será também relevante mencionar que esta citação se encontra num capítulo do livro *Esotericism and the Academy* intitulado “The Error of History”, e numa subsecção chamada “Tainted Terminologies”.

No que toca à sugestão que Curado me oferece para a consulta de um bom dicionário, apenas posso dizer que não existem bons dicionário de língua portuguesa no que toca a esoterismo, hermetismo e ocultismo. Se o *Dicionário Houaiss* possui um verbete sobre ocultismo como Curado o descreve, então o *Dicionário Houaiss* está errado. Tal advém do próprio problema de esoterismo como categoria de conhecimento rejeitado e pouco compreendido, que o livro de Hanegraaff evidencia. Não existe consciencialização geral do significado histórico das palavras utilizadas nesta área, e tais dicionários apenas refletem uma ignorância geral que é a obrigação de um académico consciente contradizer. Usar isto como desculpa para escrever e justificar um texto claramente mal informado é aberrante.

E não, realmente nenhum autor é obrigado a usar termos académicos (CURADO, 2019: 157), mas deverá fazê-lo se desejar realizar um trabalho que informe o seu leitor sem ambiguidades. Curado não devia confundir democratização com desinformação.

Se este ponto da resposta de Curado demonstra alguma coisa é a sua clara falta de familiaridade com o tópico que o seu ensaio ambiciona tratar.

Este ponto, que creio ser o ponto fundamental da minha crítica ao ensaio de Curado na recensão em questão, mantenho-o na sua integridade.

7. Elogios não aceites.

É a do total direito de Curado não aceitar os meus elogios. No entanto, apenas quero dizer que a lista de especialidades que lhe atribuí na recensão em questão a recolhi na sua página de Wikipedia (e não, não tenho vergonha de admitir que uma vez por outra consulto a Wikipedia). Se a informação oferecida por esta base de dados está errada, ou se esta página foi criada sem o explícito consentimento de Curado, então aconselho que este contacte este mesmo *site* e trate de remediar esta situação.

E sim, Curado tem razão quando diz que “[o] valor de uma obra científica não se liga à vida dos autores” (CURADO, 2018: 158), mas em parte alguma da minha recensão listei as especializações que lhe atribuí como detrimientos a realização desta obra, antes pelo contrário. Quer Curado acredite quer não, sarcasmo não é uma figura de linguagem que utilize, muito menos num texto que se quer académico. No entanto, se Curado realmente acredita no que diz, faltará saber o porquê de eu correntemente ser estudante parcialmente me desqualificar de criticar um professor.

No que toca à interrogação de Curado, de que “[s]e um ensaio não é personalista, o que será?”, respondo que poderá ser objetivo, ou pelo menos tentar. Compreendo também que a busca de uma escrita perfeitamente objetiva é antiga (particularmente nas ciências duras) e, em última análise, impossível e inclusive indesejável. Não existe nada de inerentemente errado com uma escrita personalista, nem creio ter escrito que haja. No entanto, quando é difícil compreender onde acabam as observações e começam as opiniões isso resulta num texto ambíguo e frustrante para quem quer saber maioritariamente das observações. Este será potencialmente um ponto de opinião particular e unicamente meu, mas por certo que Curado não espera que eu, ou qualquer outra pessoa, seja obrigado a gostar do seu estilo de escrita.

Posto de forma clara: pessoalmente considero a apresentação e estilo de Curado desapropriados para a abordagem e discussão dos tópicos que o seu ensaio ambiciona tratar. Estes dão aso a leituras ambíguas e confusas, e esta é uma opinião que mantenho na sua totalidade.

Na questão de amadorismo vs. profissionalismo, Curado deverá notar que não lhe chamei amador no oculto, mas sim no estudo de história, esoterismo e religião.

8. A alfinetada dos grimórios.

Grimoires, palavra que Curado usa no seu ensaio (CURADO, 2018: 52), realmente não é um termo português, aí concordamos os dois. “Grimorio” é um neologismo elegante, mas de facto o termo adequado em língua Portuguesa é o pouco conhecido “engrimanço” ou “ingrimanço”. Este termo é utilizado, por exemplo, no *Livro de São Cipriano*, não no seu título mas no seu texto (ANONIMO, sem data: parte 3, 7) (veja-se também a discussão de Jerusa Pires Ferreira a respeito deste assunto (FERREIRA, 1992: 73)). E tomando este mesmo exemplo, é precisamente esta categoria de livros que me referia na recensão em questão. O *Livro de São Cipriano* é um grimorio Português, e sim, rivaliza com os grandes grimorios estrangeiros, quer em termos de conteúdo, influência, ou ancestralidade.

Curado aparenta ignorar que, contemporaneamente, *O Livro de São Cipriano* refere-se a um arranjo particular de material (como o são a grande parte dos grimorios), impresso pela primeira vez no século XIX, mas cujas raízes e versões manuscritas podem ser traçadas até pelo menos 1621, como exemplificado do pelo processo Inquisitorial de Pedro Afonso (Inquisição de Coimbra, processo nº 5634). Este é um livro que teve, e tem, uma influência impossível de sobrestimar nos conceitos de magia Portugueses e Brasileiros desde, no mínimo, o século XVII, mas que é largamente invisível às elites letradas e académicas (como o são frequentemente todos os grimorios). Curado está simplesmente errado quando diz que “não se sabe da existência de textos que possam rivalizar com os grandes grimoires estrangeiros” (CURADO, 2019: 160).

O que ainda torna este ponto de Curado mais confuso, evidenciando a sua falta de familiaridade com tópico, é o facto de este mencionar o Espanhol *Libro de San Cipriano* no seu ensaio (CURADO, 2018: 36). Este aparentemente desconhece que o *Libro de San Cipriano* (Espanhol) e o *Livro de São Cipriano* (Português), ainda que partilhando alguns pontos representam tradições literárias distintas, sendo o *Livro* Português um fenómeno literário único a Portugal e, como lhe aponto na minha recensão, várias iterações do qual podem ser encontradas tanto na Biblioteca Nacional como na Torre do Tombo (e a esta altura posso-lhe também apontar a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra).

Estou também amplamente familiarizado com o excelente *Grimoires* de Owen Davies, e realmente este não refere nada de interesse para o caso Português. No entanto, será relevante de notar que a maioria das ínfimas referencias que Davies faz ao caso Português são quase exclusivamente

derivadas dos estudos de Francisco Bethencourt e Laura de Mello e Souza, *O Imaginário da Magia* e o *The Devil and the Land of the Holy Cross* respetivamente, não tendo ele próprio consultado nenhuma fonte primária local ou feito investigação direta sobre este assunto. O *Grimoires* é um livro excelente, isso é inegável, mas este claramente sofre de amplas falhas no que toca ao estudo de áreas periféricas Europeias. Esta é uma obra que largamente descreve uma história da literatura mágica que se faz em torno do norte da Europa e América, e, no que toca à Península Ibérica, esta não passa de um esquiço superficial e sem profundidade. Davies não esgotou o tópico dos grimosos de modo algum, muito menos em áreas em que não é especialista, e afirmar o que Curado afirma na sua resposta não pode ser entendido de outra forma senão falta de sentido crítico.

Não é o meu objetivo tecer julgamentos de caráter, mas Curado está a ser demasiado ingénuo na confiança cega que deposita nos ‘mestres’ que elege.

9. As recomendações para introduções alternativas.

Contrariamente ao que Curado afirma neste ponto, eu não esperava uma introdução banal, apenas uma introdução que introduzisse o *Tratado da Ciência Cabala*. E sim, as sugestões que ofereço não são originais; Gershom Scholem e Moshe Idel são a base do estudo académico e histórico de cabala, e ao nomeá-los não sugeria que única e exclusivamente se seguisse estes mesmos autores. Se Curado voltar à minha receção, reparará que a citação exata é “Gershom Scholem, Moshe Idel ou muitos outros” (LEITÃO, 2018: 144). Inclusive, Scholem é notório por uma certa desconsideração que aparenta ter perante algumas formas de prática cabalista e mística Judaica que são problemáticas e deturpadoras para a compreensão global das várias correntes de esoterismo Judaico, e de modo algum se deverá seguir este autor exclusivamente.

As minhas sugestões neste ponto apenas tinham o intuito de demonstrar como uma introdução básica da cabala seria facilmente realizável, sem exagerado consumo de espaço ou páginas. Se depois disto Curado desejasse estender-se por quaisquer explorações da sua predileção, eu não teria problema algum com isso. Novamente, o que neste ponto digo é que esperava uma introdução que introduzisse o *Tratado*, e isso não se verifica em ponto algum do ensaio de Curado.

Por certo que uma apresentação das distinções e relações entre Cabala Judaica, Cabala Cristã e Cabala Hermética, por exemplo, enriqueceria a leitu-

ra do *Tratado*; iluminaria a potencial profundidade e as múltiplas interpretações possíveis de serem dadas aos seus vários pontos e ajudaria a apreciar o pensamento e posição intelectual de D. Francisco (ou de quem quer que tenha escrito o *Tratado*). De igual forma, uma nota biográfica sobre Reuchlin, Mirandola, ou qualquer dos restantes nomes citados por D. Francisco certamente que ofereceria contexto e compreensão à própria conceptualização do *Tratado*.

Não tenho qualquer problema com Curado discordar de mim, mas desprezar em absoluto a apresentação de informação que não se encontra no *Tratado* e que ofereceria a possibilidade de uma mais profunda compreensão e indagação do texto que se propõe apresentar é perturbador. A minha argumentação aqui tinha como objetivo sublinhar que o ensaio de Curado não é eficaz a apresentar o *Tratado* no seu contexto, ficando esta obra intelectualmente desenraizada, e esta é uma posição que mantenho.

No que toca ao ponto que Curado faz, referente à dúvida de o *Tratado* ser uma obra primariamente sobre cabala, concordo com ele. Mas isso não invalida o facto de o *Tratado* ser uma obra que trata também de cabala, e este ponto estar notoriamente ausente da sua introdução. Para não falar que este livro é apresentado na coleção “Obras Pioneira da Cultura Portuguesa” como o “Primeiro tratado de cabala”, e, como tal, seria de esperar que este fosse um assunto que a introdução de Curado focasse de alguma forma.

(E apenas para clarificar: as únicas notas de rodapé que atribuí erradamente a Aida Sampaio Lemos foram as do *Tratado* em si, erro que já admiti. As notas contidas no ensaio de introdução de Curado estava perfeitamente consciente que eram deste.)

10. Bravatas inconsequentes

Eu não neguei nem recusei a interpretação que Curado faz do *Tratado* como uma obra de curiosidade (palavra que Curado usa no seu ensaio, portanto não compreendo porque me está a corrigir agora (CURADO, 2018: 164)) e zelo. E de facto a interpretação que faço do *Tratado* não é explícita, mas isso não faz dela falsa.

O *Tratado* aparenta posicionar-se num conflito intelectual. Este é um livro que trata de um tópico explicitamente judaico, como o autor sublinha insistentemente, mas que o é obrigado a fazer de uma perspetiva explicitamente antijudaica. Por mais que queiramos evitar esta observação, o *Tratado* é uma obra, no mínimo, anti-Rabínica (MELO, 2018: 96). Este ponto de tenção, por mais que Curado o queira negar, é histórico, e está associado a

um momento intelectual específico do mundo ocidental e em particular do mundo Português (uma explicação deste ponto também fazia falta na introdução de Curado, e ajudaria a humanizar algumas das afirmações menos graciosas de D. Francisco).

Na perspetiva de D. Francisco, a cabala surge entre o povo judaico como uma legítima arte, mas esta fora gradualmente obscurecida por influência dos próprios cabalistas. Através do esforço de Pico della Mirandola e de outros, esta fora mais uma vez revelada, embora repleta de erros (MELO, 2018: 97). O que desta narrativa se depreende é que, na perspetiva de D. Francisco, a criação da Cabala Cristã pela parte de Mirandola, Reuchlin e outros não é a criação de algo novo, é antes a revelação de que a cabala, desde a sua origem, sempre fora intrinsecamente cristã. No entanto, o esforço destes mesmos pensadores cristãos, de acordo com D. Francisco, não fora suficiente, sendo que esta cabala resgatada se encontra repleta de “defeitos, desproporções e variedade” (MELO, 2018: 97). À luz desta realização, D. Francisco declara que neste seu livro “nos adiantamos aos mais que desta ciência nos deram as premissas, cujas opiniões serão de nós seguidas em quanto se não desviarem do mais verdadeiro e piedoso sentimento” (MELLO, 2018: 97).

Isto indica uma clara e explícita ambição criadora pela parte de D. Francisco. A sua exposição no *Tratado* não é meramente passiva; é uma avaliação crítica das suas fontes e a apresentação de algo que, na sua perspetiva, as ultrapassa. A sua intenção de negar todas as opiniões que se “desviarem do mais verdadeiro e piedoso sentimento” implica que a sua construção, a cabala que seguidamente irá apresentar, será regida por uma conformação ao dogma e moralidade católica. A cabala que D. Francisco apresenta no seu livro será em essência uma cabala ortodoxamente católica, superior como tal a todas as restantes conceptualizações desta arte. A minha afirmação de que o “*Tratado* é também a correção desta numa cabala ortodoxamente católica” (LEITÃO, 2018: 144) e “uma ambiciosa apresentação de uma nova cabala católica” (LEITÃO, 2018: 145), não está de facto explicitamente escrita neste texto, mas é isto que facilmente se depreende dele. Mas de qualquer maneira, Curado não tem de concordar com a minha opinião e leitura do *Tratado*, mas defender que “nada no livro aponta para essa agenda ambiciosa” (CURADO, 2019: 164) é uma posição claramente insustentável.

Pessoalmente não vejo a minha posição e a de Curado como mutuamente exclusivas neste ponto, nem tampouco neguei as suas leituras do *Tratado*. Isso a menos que Curado acredite que a sua interpretação do *Tratado* é a única admissível, e que um estudante com bases intelectuais e formativas distintas das suas não tem direito a uma leitura e opinião divergente.

11. Fazer melhor

Creio que os vários pontos já abordados nesta contrarresposta poderão colmatar este ponto de Curado, naquilo que é minha intenção responder. É verdade, tudo o que apontei agora poderia ter apontado na recensão que escrevi, mas as obrigações de formato obrigaram-me, dessa vez, a ser breve.

12. Uma luz que hipnotiza.

Não sou músico, nem prosador; sou historiador, – Curado pode menosprezar isso da maneira que quiser – e foi dessa perspectiva que critiquei o ensaio de Curado.

Curado diz que contextualizou o *Tratado*; eu discordo, e creio que apresentei argumentos que justifiquem a minha discórdia, tanto na minha recensão original como nesta contrarresposta. Se Curado acha que o ofendi, todos os adjetivos e substantivos que dirigi na sua direção vêm na sequência de uma argumentação histórica e acadêmica que creio que os justifica.

E no fundo, creio que aqui se toca o ponto de tenção maior entre mim e Curado. Eu escrevi a minha recensão ao seu ensaio de uma perspectiva histórica e acadêmica. Todos os meus argumentos foram argumentos históricos e acadêmicos; eu não entrei por discussões filosóficas, metafísicas, cognitivas, literárias ou criativas, apenas históricas e acadêmicas. No entanto, o que Curado aparenta dizer na sua resposta é que o seu ensaio não tem quaisquer preocupações com tais coisas.

Se este é realmente o caso, então tudo o que Curado tem que fazer é dizer que o seu ensaio não é um texto nem histórico nem acadêmico (e realmente decidir-se na sua posição, pois ao longo da sua resposta, ora é científico, ora é criativo; ora é acadêmico, ora é democrático). Fazendo isso, a esmagadora maioria dos meus argumentos e críticas passar-lhe-á inteiramente ao lado e este não terá motivo para estar ultrajado. E se for esse o caso, eu próprio admitirei prontamente a minha confusão e erro de interpretação do propósito e objetivo do seu ensaio. No entanto, não retirarei as minhas críticas históricas e acadêmicas, nenhuma das quais foi respondida.

Ao longo desta contrarresposta não creio ter demonstrado qualquer má vontade, e nos pontos em que Curado tem razão, Curado tem razão;

eu assumo todos os pontos da minha recensão que são falhas e erros meus sem quaisquer reservas. Se Curado quiser responder ao que escrevo agora, esse é mais uma vez o seu irredutível direito. Porém, poder-lhe-ei dizer de imediato que não tenho intenção de lhe tornar responder se o fizer, e se Curado quiser ficar com a última palavra eu dou-lha de bom grado. Creio que fui justo no admitir dos meus erros e claro nas minhas críticas ao seu texto.

Bibliografia:

- ANONIMO (sem data) – *O Grande Livro de S. Cypriano ou Thesouro do Feiticeiro*. Lisboa: Livraria Economica de J. Andrade & Lino de Sousa.
- COPENHAVER, Brian (1998) – The occultist tradition and its critics. In GARBER, Daniel, AYRES, Michael (eds.) – *The Cambridge History of Seventeenth-Century Philosophy*, vol. I. Nova York: Cambridge University Press, p. 454-512.
- CURADO, Manuel (2018) – Introdução: Pensar o Oculto. In MELLO, D. Francisco Manuel de (aut.), CURADO, Manuel (coord.), FRANCO, José Eduardo (dir.), FIOlhAIS, Carlos (dir.) (2018) – *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa: Primeiro Tratado de Cabala – Tratado da Ciência Cabala ou Notícia da Arte Cabalística*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 7-72.
- CURADO, Manuel (2019) – Resposta de Manuel Curado à recensão do texto “Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa: Primeiro Tratado de Cabala – Tratado da Ciência Cabala ou Notícia da Arte Cabalística”, da autoria de José Vieira Leitão, publicada no Vol. XXXI, n.º 2 (2018) do Boletim do AUC. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXXII, 1, p. 151-167.
- DAVIES, Owen (2009) – *Grimoires: A History of Magic Books*. Oxford: Oxford University Press.
- FERREIRA, Jerusa Pires (1992) – *O Livro de São Cipriano: Uma Legenda de Massas*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- HANEGRAAFF, Wouter J. (2012) – *Esotericism and the Academy: Rejected Knowledge in Western Culture*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HANEGRAAFF, Wouter J. (2006) – Occult/Occultism. In HANEGRAAFF, Wouter J. (ed.) – *Dictionary of Gnosis & Western Esotericism*. Leida/Boston: Brill, p. 884-889.
- LEITÃO, José Vieira (2018) – Manuel de Melo, D. Francisco (aut.); Curado, Manuel (coord.); Franco, José Eduardo (dir.); Fiolhais, Carlos (dir.) (2018) – *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa: Primeiro Tratado de Cabala – Tratado da Ciência Cabala ou Notícia da Arte Cabalística*. Lisboa: Círculo de Leitores, 189 pp. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXXI, 2, p. 138-146.
- MELLO, D. Francisco Manoel de (2018) – Tratado da Ciência Cabala ou Notícia da Arte Cabalística. In MELLO, D. Francisco Manuel de (aut.), CURADO, Manuel (coord.), FRANCO, José Eduardo (dir.), FIOlhAIS, Carlos (dir.) (2018) – *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa: Primeiro Tratado de Cabala – Tratado da Ciência Cabala ou Notícia da Arte Cabalística*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 77-183.